

# O processo de trabalho em empreendimentos vinculados ao Programa de Economia Solidária / *The process of work in enterprises related to the solidarity economy program*

---

CAROLINE GOERCK <sup>1</sup>

FABIOJARDEL GAVIRAGHI<sup>2</sup>

**Resumo:** As cooperativas e associações de trabalho foram criadas no Brasil, nas últimas décadas do século XX, como uma das formas de gerar trabalho e renda aos sujeitos que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Este artigo refere-se a uma pesquisa que teve como objetivo analisar a organização dos processos de trabalho desenvolvidos em cooperativas e associações, existentes no Rio Grande do Sul. Pode-se verificar que é a possibilidade de gerar trabalho e renda que ocasiona a inserção de trabalhadores nesses empreendimentos coletivos.

**Palavras-chave:** reestruturação do capital; economia popular solidária; processo de trabalho.

**Abstract:** Cooperatives and work associations were created in Brazil, in the last decades of the twentieth century, as a way to generate work and income to the subjects who are excluded from the formal labour market. This article refers to a research that aimed to analyze the organization of the work processes developed in cooperatives and associations established in Rio Grande do Sul state. With the accomplishment of this research it can be verified that it is the possibility to generate work and income that causes the inclusion of workers in these collective enterprises.

---

1 Doutora em Serviço Social e professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Mestre em Serviço Social e professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

**Keyword:** capital restructuring; solidarity economy program; process of work.

O trabalho ocupa uma centralidade na forma de organização e socialização dos sujeitos, posto que é por meio dele que o sujeito se relaciona com a natureza e a transforma. Com a reestruturação do capital, desenvolvida por meio da robótica, automação e microeletrônica, cria-se uma massa de trabalhadores – considerados “sobrantes” pelo capital –, o que acirra o processo de alienação, a precariedade das condições de trabalho e as desigualdades sociais. A partir da década de oitenta do século XX emergem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores. Esses empreendimentos cooperativistas e/ou associativistas, designados como Economia Popular Solidária, são constituídos normalmente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho e, comumente, são apoiados por instituições sociais – igreja, incubadoras universitárias, sindicatos, entre outros.

A Economia Popular Solidária (EPS) pode ser considerada uma das alternativas aos trabalhadores, diante do acirramento da questão social (entre elas, a falta de empregos formais) ocasionado pela reestruturação do capital. É manifestada por cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses sujeitos. A EPS expressa formas associativistas e cooperativistas de produção, de prestação de serviços, de comercialização e de consumo. Ou seja, o conceito de Economia Solidária abrange uma realidade muito diversificada, porém originada por motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas, peculiares a cada região e circunstância (GAIGER, 2000). A Economia Solidária é um tipo de empreendimento que está em processo de criação contínua pelos trabalhadores (SINGER; SOUZA, 2000), pois vem sendo constituída, além de uma alternativa de geração de trabalho e renda, como

uma das hipóteses dos sujeitos contestarem a forma que o processo de trabalho é desenvolvido por meio do sistema, nos outros empreendimentos privados.

Pode-se dizer que os trabalhadores ao estarem excluídos do mercado formal de trabalho – exclusão social compreendida aqui como o não acesso dos sujeitos à riqueza socialmente produzida, direitos e políticas sociais existentes é característica inerente ao sistema capitalista – estarão inseridos na lógica do sistema capitalista, pois o desemprego é também inerente a este modo de produção. A exclusão na produção de bens e serviços ocorre por meio da inclusão no sistema, sendo que a exclusão, além de necessária ao capitalismo, também se configura como uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo não acesso à riqueza socialmente produzida (YAZBEK, 2001). Desta forma, ao mesmo tempo em que comumente os trabalhadores das experiências de EPS estão excluídos do mercado formal de trabalho, muitos destes, porém, estão incluídos no sistema, mas em condição de vulnerabilidade social.

Por outro aspecto, enfatiza-se que a renda obtida pelos trabalhadores é importante na medida em que pode afastá-los de outras expressões de desigualdade da questão social. Destaca-se a importância do suporte governamental e de incubadoras universitárias frente a estes grupos, posto que o “significado” do trabalho está atrelado a outros elementos, além do aspecto econômico; ou seja, se constitui numa das formas de inserção e interação social dos trabalhadores, possibilitando a identificação e o reconhecimento deles diante das atividades desenvolvidas, além dos princípios que perpassam a lógica da Economia Popular Solidária.

O trabalho realizado nesses empreendimentos coletivos, possivelmente agrega princípios que potencializam os processos de trabalho desenvolvidos por estes trabalhadores, aspectos esses normalmente não proporcionados pelos outros empreendimentos inseridos no sistema capitalista. Os elementos que norteiam as diretrizes que envolvem o

processo de trabalho nas experiências da Economia Popular Solidária e foram originados pelos precursores do cooperativismo estão respaldados na solidariedade, na democracia, na aproximação da autogestão, na participação (RECH, 1991), também na posse coletiva dos meios de produção, no processo de rotatividade de funções e na divisão de renda entre os associados que, de forma democrática, deveriam definir estratégias de repartição, de cooperação na produção e no trabalho, de compromisso com o desenvolvimento humano e de preservação do meio ambiente.

Entretanto, na medida em que a Economia Popular Solidária absorve uma massa de trabalhadores desempregados e especialmente os menos qualificados – mesmo com seu aspecto contraditório –, a mesma possui significativa importância social, posto que, a “(...) economia solidária vem apontando para soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda” (BRASIL/MTE, 2012). Ou seja, é por meio do trabalho realizado pelo coletivo que alguns destes sujeitos estão conseguindo sobreviver e gerar renda. É necessário, entretanto, compreender e perceber outros elementos que estão para além do aspecto econômico, como, por exemplo, o processo de politização e conscientização dos trabalhadores inseridos nas experiências e a capacidade de se organizarem de forma cooperativa. Percebem-se, então, essas experiências, num primeiro momento, como uma das alternativas dos sujeitos para gerar trabalho e renda frente à precariedade das condições de trabalho.

Desde 2003, o governo federal, por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, tornou a EPS integrante da agenda pública brasileira. Com o objetivo de fortalecer, promover, viabilizar economicamente empreendimentos de geração de trabalho e renda e, também, de absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho, criou-se no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Esta iniciou suas ações, por meio da efetivação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, em 2004, inserido no Plano Plurianual (PPA) (2008-2011). Foi materializado e operacionalizado por meio de uma parceria estabe-

lecida entre o governo federal, secretarias das prefeituras, conselhos municipais, entre outros –, pelas instituições da sociedade civil e incubadoras universitárias. Algumas destas instituições, quando vinculadas ao estado, recebem apoio financeiro e de formação por meio de verbas advindas do governo federal, mediante projetos e programas sociais, para desenvolver o trabalho de assessoria nas experiências coletivas.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento marcou a introdução de políticas públicas específicas para a economia solidária em âmbito nacional, em um contexto de novas realidades do mundo do trabalho que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado. (...) o governo federal, por meio de seu Ministério do Trabalho e Emprego, assumiu o desafio de implementar políticas que estendam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas as iniciativas de economia solidária (BRASIL/MTE, 2012).

Tendo em vista o alcance do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que marcou, não só para o governo em suas três esferas, mas também para o movimento social de Economia Solidária a alavanca de protelação dessas ações para o governo federal e estadual atual. Deste modo observa-se, atualmente, ações e programas voltados para a Economia Solidária. Em âmbito federal, por meio do Plano Plurianual (2012 a 2015), a execução dos programas de Resíduos Sólidos e Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Em âmbito do Rio Grande do Sul foi implantado, fruto da Lei nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, o Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária para dar conta das demandas da Economia Solidária e das suas competências.

Em ambas as esferas, os programas, ações e medidas efetivadas representam um marco para a Economia Solidária, principalmente para com os Empreendimentos Econômicos Solidários. Devido a tais fatos, faz-se necessário o desvelamento da realidade das experiências de

geração de trabalho e renda, que são ações fins desses programas, principalmente do Programa de Economia Solidária, que foi motriz desse processo para a Economia Popular Solidária. Sendo assim, os próximos aspectos a serem abordados introduzirão verificações empíricas da realidade de experiências na região metropolitana do Rio Grande do Sul.

## **Metodologia**

O estudo utilizou como referência teórico-metodológica, o método dialético-crítico – método de interpretação da realidade –, que é alicerçado no materialismo histórico, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels. Assim, a leitura da realidade e a concepção sobre o homem e o mundo, por meio do método dialético-crítico, são realizadas de uma forma que se apreenda o real, analisando e percebendo também a base material que o constitui.

O método científico é o meio pelo qual se pode exercitar o desvendamento e a compreensão dos fatos e da realidade social (KOSICK, 1995), ou seja, é a concepção de homem e de mundo que norteará a elaboração e análise dos dados da pesquisa. O método dialético crítico tem como categorias centrais a historicidade, a totalidade e a contradição. No Método Dialético-Crítico, é pelas categorias teórico-metodológicas que se pode compreender e analisar a realidade, com o olhar do pesquisador mais direcionado ao seu tema de estudo, ou seja, observando cada dado coletado sob a luz das categorias necessárias à análise desta pesquisa.

## **Processo de pesquisa**

Esta pesquisa teve como intencionalidade analisar o processo de trabalho desenvolvido nas experiências de geração de trabalho e renda, e, que estão sendo assessoradas-incubadas por instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária na região metropolitana do Rio Grande do Sul. Estudos sobre a contribuição desse Programa se fazem

necessárias para colaborar no desenvolvimento dos processos de trabalhos nas experiências populares, principalmente nessa região, pois daqui se constroem e se desenvolvem demandas que irão abarcar a realidade e o planejamento das ações para a Economia Solidária na terra gaúcha. Tal estudo está diretamente relacionado com as demandas prioritárias do atual governo federal, no que se relaciona ao processo de geração de trabalho e renda no Brasil e seus respectivos programas sociais, na medida em que o programa analisado simbolizou o início da implantação e da consciência para uma política pública nessa área. Salienta-se, ainda, a importância de análises e investigações científicas realizadas pelo Serviço Social sobre experiências de EPS e sobre os processos de assessoria/incubação desenvolvidos por instituições vinculadas aos programas desenvolvidos pela Senaes, pois há necessidade de se desvelar e trabalhar com as ações governamentais para a geração de trabalho e renda, por este meio, que se constitui no Brasil desde 2003.

Para a realização desta pesquisa, foram aprofundadas as abrangências conceituais de três categorias teórico-temáticas pré-definidas: Processo de Trabalho, Economia Popular Solidária e Programa Social. Por categorias pode-se compreender o agrupamento de ideias e/ou expressões em torno de um determinado conceito central, sendo utilizadas como critério de classificação (MINAYO, 2003). Pretendeu-se, portanto, aprofundar aspectos inerentes à organização e sistematização do processo de trabalho, em quatro empreendimentos coletivos que integram as experiências de EPS na região metropolitana de Porto Alegre e que estavam sendo assessorados por duas instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, entre 2010 e 2011.

Nesta direção, esta pesquisa possui o seguinte problema: como vem sendo desenvolvido o processo de trabalho nas experiências de geração de trabalho e renda, que estão sendo assessoradas/incubadas por instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Porto Alegre e na Grande Porto Alegre? A análise da pesquisa foi reali-

zada sob enfoque qualitativo, embasado no método dialético-crítico, referido anteriormente. “A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e captável em adequações, medidas e estatísticas” (MINAYO, 1999, p. 22). Nesse sentido, pode-se enfatizar que a abordagem qualitativa busca desvelar os significados dos fenômenos e processos sociais vivenciados pelos sujeitos. Assim, este estudo visa compreender – e não simplesmente quantificar –, a realidade dos sujeitos e de seus respectivos empreendimentos coletivos, embora se tenham levado em consideração, também, os dados quantitativos, pois se compreende que estes complementam os qualitativos.

Entre novembro de 2010 e abril de 2011, realizou-se a coleta das informações com os empreendimentos pesquisados por intermédio da seguinte instrumentalidade (instrumentos e técnicas): aplicação de dois formulários de pesquisa, estruturados com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha. Nas questões abertas, os associados e cooperados podiam responder livremente as perguntas, mas nas questões fechadas, os sujeitos só podiam optar por uma resposta. A aplicação dos formulários foi realizada por meio de entrevistas, compreendidas como “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe fórmula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (GIL, 1999, p. 113).

As entrevistas também foram realizadas mediante: “O tipo mais comum de amostra não probabilística é denominada de intencional. Nesta o pesquisador está interessado na opinião (...) de determinados elementos da população” (GIL, 1999, p. 52). Foi escolhido esse tipo de amostragem, devido ao fato de que as aproximações sucessivas foram sendo estabelecidas conforme o acesso aos sujeitos, totalizando 12 entrevistas. Ou seja, os trabalhadores eram entrevistados de acordo com a possibilidade de acesso. O primeiro formulário integrado por 25 questões foi aplicado às lideranças das quatro experiências investigadas. O segundo formulário, composto por 28 questões, foi aplicado,



também, por meio da técnica de entrevistas, tanto às lideranças como aos demais trabalhadores integrantes das cooperativas e da associação.

Outra técnica utilizada para a coleta de informações foi o envio de questionários às instituições que assessoram estas experiências, por meio do roteiro com 20 questões. Juntamente com os questionários, foi enviado o termo de consentimento livre e esclarecido, para os representantes das instituições que responderam os questionários.

Para a sistematização e interpretação dos dados qualitativos coletados por meio dos questionários e entrevistas realizadas, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, baseada em Bardin (1977), na qual pode-se encontrar respostas às questões que se pretende investigar na pesquisa. A “análise de conteúdo em si se refere a conteúdos de prática, deixando-se em plano secundário a roupagem formal da elaboração discursiva” (DEMO, 1999, p. 42). Esta é entendida como técnica de compreensão, interpretação e explicação das formas de comunicação, tendo como objetivos centrais: a) ultrapassar as evidências imediatas; b) aprofundar a percepção da realidade, por meio de leituras sistematizadas; e, c) verificar a pertinência e desvelar a estrutura das mensagens.

## **Principais resultados**

### ***Caracterização dos empreendimentos de Economia Popular Solidária***

Por meio desta pesquisa constatou-se que os quatro empreendimentos de EPS pesquisados em Porto Alegre e região metropolitana – 3 grupos informais e 1 movimento social – estão sendo assessorados/apoiados por duas instituições pesquisadas. E, antes de analisarmos o processo de trabalho desenvolvido nestas experiências, faz-se necessário caracterizar os trabalhadores que participam destes empreendimentos, pois é por meio de suas vivências e ações diante do trabalho, que se pretende investigar e analisar essa realidade (MARTINELLI, 1999). Com essa intencionalidade, serão introduzidos elementos que caracterizam e identificam os participantes dessas quatro experiências.

Dentre as características, podemos destacar que: a maioria dos trabalhadores está entre a faixa etária de 30 a 50 anos, correspondendo a 50% dos integrantes das experiências coletivas; 50% dos sujeitos entrevistados possuem Ensino Médio e nenhum entrevistado se declarou analfabeto, em que pese 37,5% ter declarado possuir o Ensino Fundamental; 72,4% dos trabalhadores são mulheres. Estes índices representam uma mudança significativa do perfil dos trabalhadores no que diz respeito ao ensino. Nesse sentido, ressalta-se que estas experiências coletivas estão relacionadas com a possibilidade de geração de trabalho e renda aos sujeitos que possuem um nível de qualificação maior. Tal dado se mostra significativo tendo em vista a localidade onde foram aplicadas as entrevistas, posto que se trata da região metropolitana do estado do RS.

Outra característica relevante é que a grande maioria dos cooperados e associados dos empreendimentos pesquisados é constituída por mulheres, demonstrando que estes empreendimentos constituem espaços de resistência às manifestações da questão social, efetivados principalmente pelo sexo feminino. Percebe-se que os trabalhadores, em relação a outras pesquisas realizadas com empreendedores, possuem como diferencial a qualificação profissional e mais anos de escolaridade. Compreende-se esta realidade como uma forma de ampliação da divisão do trabalho, do qual, mesmo com maior tempo de estudo, o mercado se focalizou para o atendimento de alguns setores em que se necessita de maior qualificação, que não é o caso dos entrevistados.

Mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores nestas experiências (49% deles recebem até um salário mínimo, 25% até dois salários mínimos, 13% até três salários mínimos e 13% até quatro salários mínimos), pode-se constatar que lhes são significativos. Verifica-se então que, primeiramente, o que faz com que os trabalhadores se insiram nesses empreendimentos coletivos é a possibilidade de gerar trabalho e renda. Depois, que, dos produtos e/ou serviços prestados pelas experiências coletivas, que ocupam a zona urbana de Porto

Alegre e a grande Porto Alegre, 60% dos produtos é vinculado ao artesanato, 20% são produtos agrícolas e 20% são de confecção. Devido ao produto principal das experiências pesquisadas ser o artesanato, o mesmo não possibilita que a comercialização seja diversificada, restringindo-se as feiras, comercialização direta com o consumidor e revenda em pequenas lojas.

### **Processo de trabalho**

O trabalho que vem sendo realizado em coletivo por mulheres e homens possui um valor de uso à sociedade, seja por meio do artesanato como, por exemplo, as bijuterias ecológicas; seja pela produção agrícola; seja pela produção de confecções (vestuário).<sup>3</sup> Ao mesmo tempo em que o processo de trabalho efetivado por esses trabalhadores, ao desenvolverem as matérias-primas possuem um valor de uso à sociedade, possuem também um valor de troca,<sup>4</sup> pelo qual os produtos são comercializados, gerando a renda desses trabalhadores.

Tal processo de trabalho tem como característica central os seguintes elementos: as atividades e as tarefas desenvolvidas pelos trabalhadores são realizadas por meio de rodízio entre os sujeitos; a partilha dos rendimentos é efetivada em condições de igualdade entre eles; a solidariedade está presente no processo de trabalho; os trabalhadores possivelmente se identificam com as atividades que realizam (pois participam de várias etapas que envolvem o trabalho). Existe o processo de conscientização dos trabalhadores, no que se relaciona à realidade socioeconômica; os sujeitos trabalham de segunda a sexta-feira, em torno de 6 a 8 horas diárias; ocorre o processo de participação do coletivo, diante das atividades que são desempenhadas e

---

3 “O processo de trabalho tem por finalidade a criação de valores-de-uso para o atendimento das necessidades humanas” (PRATES, 2003, p. 104).

4 O valor de troca é tido como uma relação quantitativa, em que os valores de uso de uma determinada espécie são trocados pelos valores de uso de outra espécie. Esta relação varia de acordo com o momento histórico e local (MARX, 1988).

perante as decisões cabíveis aos cooperados e/ou associados no processo de trabalho. 91,6% dos sujeitos informaram que participam das decisões em reuniões, assembleias e/ou fóruns, sendo que alguns informaram inclusive que, um de seus direitos é de participar desses momentos. Todos contribuem com a Previdência Social na categoria de autônomos (sugere-se por meio deste estudo, a criação de uma nova categoria à Previdência, que agregue os trabalhadores participantes destes empreendimentos coletivos, diferenciando-os da categoria de autônomos e de assalariados).

Constata-se ainda que os entrevistados responderam que percebem a diferença entre serem empregados ou cooperados/associados nesses empreendimentos coletivos. Este processo de conscientização em relação às suas inserções nas cooperativas e associação – segundo suas respostas –, lhes proporcionam o sentimento de responsabilidade pelas experiências em que estão inseridos. Pode-se referir, assim, que nessas experiências coletivas, mesmo com seus limites, existem outras características que também são importantes, além do aspecto econômico, não se constituindo apenas uma possibilidade de gerar trabalho e renda a eles.

Nos empreendimentos pesquisados, tenta-se trabalhar de uma forma diferenciada em relação aos empreendimentos inseridos no sistema capitalista, pois elementos como solidariedade, conscientização, igualdade, participação e tentativa de autogestão, se fazem presentes na atividade desenvolvida pelos trabalhadores. Assim, a gestão destes empreendimentos se aproxima da autogestão, pois estes sujeitos tentam desenvolver e participar do processo de trabalho de uma forma diferenciada, elemento fundamental para a politização e conscientização deles.

Constatou-se que, 87,5% dos trabalhadores se inseriram nas experiências como uma forma de gerar renda; e, 12,5% como uma forma de adquirir moradia. Nesse sentido, constata-se novamente a importância do aspecto econômico no desenvolvimento dessas expe-

riências (condição de vida, aspectos materiais). Num primeiro momento, o que motiva os trabalhadores (...) é a necessidade de sobrevivência, seguida pela esperança de organizar o empreendimento, de maneira a torná-lo economicamente viável (TIRIBA, 2000).

Para os pesquisados, o trabalho nas cooperativas e na associação não significa que necessariamente pretendem melhorar o seu padrão de vida, ou que, mesmo sem qualificação profissional, são capazes de gerir um empreendimento. Pode representar o privilégio de trabalhar próximo a suas residências; principalmente para as mulheres se torna mais cômodo e viável, pois possibilita proteger os filhos ainda crianças, acolhendo-os no interior do processo de produção ou nas creches improvisadas. Mas:

(...) para a grande maioria é a conquista de um grau mínimo de viabilidade econômica do empreendimento, o que em última instância determina a opção por permanecer naquele espaço produtivo, não voltando a procurar um posto no mercado formal de trabalho (TIRIBA, 2000, p. 223).

Dentre as falas dos trabalhadores a que melhor exemplifica a constatação de que a maioria se inseriu nas experiências como uma possibilidade de gerar renda é: “o que para muita gente é uma alternativa, uma renda extra, passou a ser a minha única renda”.

Por fim, as experiências de EPS objetivam gerar trabalho e renda, mas também pretendem organizar de forma diferenciada o trabalho – em relação aos outros empreendimentos inseridos no sistema capitalista –, tendo como base a participação e a cooperação entre os sujeitos. Enfatiza-se, entretanto, a importância de políticas sociais públicas, que forneçam recursos financeiros e profissionais para assessorá-los e qualificá-los, bem como aos empreendimentos em que estejam inclusos. Este apoio governamental, contudo, deve ter como perspectiva o fortalecimento destes empreendimentos, e não a dependência e/ou terceirização dos serviços públicos – direitos dos cidadãos.

### **Atividades desenvolvidas pelas instituições de apoio**

Em relação às atividades desenvolvidas pelas instituições de apoio, via Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que assessoram os empreendimentos pesquisados, estas efetivam três ações previstas pelo Programa: a) fomento e assistência técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária realizada pelas duas instituições; b) cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária, desenvolvido pela Gauyí, entre 2005 e 2007; c) promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária, por meio da atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário – corresponde à criação do Projeto Brasil Local.

Verifica-se que as instituições da sociedade civil vêm configurando-se como o eixo de vinculação entre o governo federal e as experiências coletivas, mediante suas estratégias de assessoria e/ou incubação. O processo que envolve a metodologia de incubação normalmente empregada pelas instituições parceiras está sendo realizado de forma que contemple as etapas relacionadas com os processos de pré-incubação, incubação e pós-incubação, possuindo como intencionalidade potencializar o processo de trabalho nas experiências coletivas e o aumento dos rendimentos gerados pelos trabalhadores. Assim, segundo as informações obtidas, as instituições pesquisadas vêm desenvolvendo as atividades de incubação/assessoria de forma que contemple os objetivos previstos pelo Programa e pela Senaes.

Podemos citar, entretanto, como limites das assessorias, o fato desses empreendimentos se caracterizarem como sendo três grupos informais e um movimento social. Ou seja, nenhuma das experiências coletivas é regulamentada e, também, não se constituem como forma de organização produtiva “ideal” da EPS, no caso, as cooperativas. A regulamentação faz parte do assessoramento das instituições. Percebeu-se que, devido à incipiência na forma de organização de um dos empreendimentos, uma das instituições de assessoria se utilizou – como

manobra burocrática – de nota fiscal, CNPJ, entre outros, da própria instituição para oportunizar o fornecimento de serviços. Entretanto, em contrapartida, a instituição se beneficiou de uma porcentagem dos lucros (sobras) do empreendimento.

Este ato não é ilegal se a instituição aplicar o recurso financeiro integralmente na consecução do respectivo objeto social da Oscip. Mas, também não vai ao encontro das premissas do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, do qual as instituições de assessoria têm como papel desenvolver as suas ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos Empreendimentos de Economia Popular Solidária. A contradição se repercute ante a ausência de normativas para a atuação dessas instituições.

Constata-se que na região metropolitana e, conseqüentemente no Rio Grande do Sul, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento foi desenvolvido de maneira bem incipiente, seja pelas poucas quantidades de instituições vinculadas ao programa; pela forma de parceria estabelecida; pela maneira como o recurso financeiro vem sendo gerido, liberado e aplicado; e por meio das poucas atividades que estão previstas pelo Programa e pela Senaes e que estão sendo efetivadas no Estado. O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Senaes, porém, possuem relevância devido ao fato de terem como intencionalidade contribuir para a viabilidade econômica e manutenção das experiências coletivas, que se constituem uma das alternativas existentes para a geração de trabalho e renda no Brasil diante do desemprego, principalmente aos sujeitos que comumente estão em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, de seus familiares.

Ressalta-se que, primeiramente, os empreendimentos coletivos são criados para as necessidades vinculadas à sobrevivência destes sujeitos, para, num segundo momento, serem dimensionados outros elementos relacionados com os princípios da Economia Popular Solidária, com aspectos sociais, políticos, educacionais, culturais, ambien-

tais, entre outros. Teve-se como perspectiva neste estudo, portanto, que o Estado, por meio das instituições de apoio, pode e deve potencializar a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária, por intermédio dos objetivos e ações que estão previstos pelo programa, mesmo que ainda de forma limitada, contraditória e incipiente. Menciona-se também que pesquisas científicas que envolvem este Programa e outros desenvolvidos pela Senaes buscam contribuir com o seu aprimoramento. Salienta-se que este programa social, em específico, se configurou mais como uma forma de geração de renda do que propriamente um meio de contestação ao sistema, uma realidade, apesar da sua importância, como funcional a ele (o sistema).

### **Considerações finais**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a organização do processo de trabalho desenvolvido em experiências de Economia Popular Solidária, em Porto Alegre e na região metropolitana do RS. Pode-se considerar, portanto, que estas experiências constituídas por grupos informais, cooperativas e associações representam formas de resistência e de contestação dos sujeitos às manifestações da questão social. É importante que se faça referência a essa realidade, devido à ruptura que essas experiências coletivas, populares e solidárias, possivelmente, introduzem nas relações que envolvem o desenvolvimento do trabalho. Isto ocorre quando as relações de trabalho estão respaldadas em princípios que as aproximam da autogestão nos empreendimentos, diferenciando-se, assim, da lógica e da finalidade do sistema capitalista (de acumulação e centralização de capital).

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo implantado na região metropolitana de Porto Alegre por meio de uma parceria estabelecida entre a Senaes e as instituições de apoio – mapeadas por esta pesquisa, via editais e chamadas públicas. Ou seja, as instituições de apoio elaboram projetos sociais que objetivam arrecadar recursos financeiros e adquirir auxílio. A Senaes, juntamente com



órgãos de fomento, abre edital e chamadas públicas, procurando formalizar a parceria entre o governo federal e as instituições de assessoria – governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias. Os projetos selecionados e apoiados pela Senaes irão usufruir dos recursos públicos, bem como dos encontros de formação destinados às instituições de apoio, visando a capacitá-las e fortalecer o vínculo entre elas.

Apesar de suas limitações e incipiência, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento possui relevância, pois contribuiu para a geração de renda e conseqüente melhoria de vida destes trabalhadores inclusos nas experiências coletivas. Salientando a importância de se analisar a realidade das experiências que tiveram como base a efetivação de algumas ações desse programa, assim como do desvelamento para a percepção da estruturação, gestão e execução dos demais programas que visam a geração de trabalho e renda, por meio da Senaes. Com base nestas informações, foram mapeadas e pesquisadas, na região metropolitana de Porto Alegre, duas instituições de apoio que possuem alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Ambas estão atreladas à sociedade civil, posto que uma delas, desenvolve uma das atividades do Programa de Economia Solidária.

Por fim destaca-se a importância e a relevância deste estudo. Com a inserção da classe trabalhadora na lógica do sistema capitalista, em que é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda, enfatiza-se a importância do apoio do governo e de instituições às experiências que constituem a Economia Popular Solidária. Esses empreendimentos coletivos comumente são suscitados pelos sujeitos como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social – matéria-prima de trabalho dos assistentes sociais.

## Referências

- BARDIN, Lourence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL/MTE, Ministério do Trabalho e Emprego/Senaes. *Apresentação. Economia Solidária: planos e ações*. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao.htm>>. Acesso em: 20/06/2012.
- DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. Campinas-SP: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do nosso tempo)
- GAIGER, Luís Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 267-286.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KOSICK, Karel. *A dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- LEBOUTTE, Paulo. *Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ITCP/Coppe, 2003.
- MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.) *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.
- MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. Tradução: Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. V. I.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- PRATES, Jane Cruz. *Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social*. Tese de Doutorado. Faculdade de Serviço Social. PUC-RS. Porto Alegre, 2003.
- RECH, Daniel. *Cooperativas. Uma onda legal*. Rio de Janeiro: Fase, 1991 (Coleção Socializando o Conhecimento, n. 8).
- SINGER, Paul; SOUZA, A. R. (Orgs.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 221-224.
- YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, v. 3, p. 33-40, 2001.